

PORTARIAS E RESOLUÇÕES**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**
Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDRPortaria nº **15.000-026/2004-GS** Teresina-PI, 03 de maio de 2004.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos termos do art. 2º, do DECRETO ESTADUAL Nº 11.005/2003.

RESOLVE:

I – **PRORROGAR** a vigência dos contratos de trabalho temporário, celebrados com fundamento nos termos do DECRETO ESTADUAL Nº 11.005/03, por igual período, de 12 (doze) meses, em razão da permanência das condições autorizadoras da contratação inicial.

II - A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

III – Cientifique-se a Diretora da Unidade Administrativo-Financeira, para adoção das providências necessárias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Sala do Gabinete do Secretário, aos 03 (três) dias do mês de maio do ano de 2004.

Sergio Luiz de Oliveira Vilela

Secretário de Estado

P. P. 10572**ESTADO DO PIAUÍ**
SECRETARIA DA FAZENDA
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - UNATRIATO NORMATIVO UNATRI Nº **018/04** Teresina, 02 de junho de 2004.

ICMS CIGARROS - Dispõe sobre a base de cálculo nas operações com cigarros, sujeitas à antecipação do imposto.

ODIRETOR DA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - UNATRI,

no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 51 e 61 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.560, de 13.04.89,

RESOLVE:

Art. 1º - O valor mínimo, para efeito de base de cálculo do ICMS incidente nas operações com cigarros, sujeitas à retenção na fonte pelo fornecedor, ou à antecipação

do imposto pelos órgãos fazendários, é o preço por carteira com 20 ((vinte), cigarros a consumidor final.

Art. 2º - O cálculo do ICMS devido será procedido da seguinte maneira:

I - sobre o preço constante, sem nenhuma agregação, aplicar a alíquota interna de 30% (trinta por cento);

II – do débito encontrado na forma indicada no inciso anterior, deduzir os créditos destacados na Nota Fiscal de aquisição e no Conhecimento de Transporte, caso o frete seja pago pelo destinatário deste Estado, se idôneos, de acordo com a origem: 7% (sete por cento) se procedente dos Estados de São Paulo, Santa Catarina, rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais e 12% (doze por cento) se procedente das demais Unidades da Federação.

§ 1º - Caso as mercadorias estejam desacompanhadas de documentação fiscal, ou quando esta for inidônea, o imposto deverá ser exigido sem dedução de crédito fiscal.

§ 2º - Em nenhuma hipótese será admitido o uso de créditos lançados a maior nos Documentos Fiscais (Nota Fiscal e Conhecimento de Transportes)

Art. 3º - A base de cálculo constante, aplica-se, também, às seguintes hipóteses:

I - operações internas praticadas pelos substitutos, neste Estado;

II - mercadorias procedentes de outros Estados, sem destinatário certo “a vender “ neste Estado;

III - mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, ou quando esta for inidônea, observado o disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 4º - O ICMS exigido antecipadamente deverá ser recolhido em Documento de Arrecadação – DAR, devendo constar nos campos.

Art. 5º - Fica estabelecido o valor de R\$ 0,90 (noventa centavos) para os cigarros , classe I e 1,10 (hum real e dez centavos), para classe IIIR, marca ITABA.

Art. 6º - Este Ato Normativo UNATRI, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de maio de 2004.

PUBLIQUE-SE

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - UNATRI, em Teresina, 02 de junho de 2004.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA MONTEIRO
Diretor/UNATRI

(COMPETÊNCIA NA FORMA DA PORTARIA GASEC 291/03, DE 29/01/2003)

P. P. 10579